**Relatório Mensal de Atendimentos da Lei de Acesso à Informação
Serviço de Informação ao Cidadão e de Proteção de Dados Pessoais (SICPD)**

**Abril de 2024**

**1. Número de pedidos**

* Pedidos de informação recebidos: 68 (anexo)

 **2. Prazo de resposta**

**3. Frequência de assuntos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ASSUNTO | PEDIDOS | % |
| ATIVIDADE LEGISLATIVA  | **37** | 54,4 |
| SENADOR | **10** | 14,7 |
| OUTROS  | **9** | 13,2 |
| ATIVIDADE ADMINISTRATIVA | **4** | 5,9 |
| RECURSO  | **3** | 4,4 |
| DIÁRIAS E PASSAGENS | **2** | 2,9 |
| CONTRATOS E LICITAÇÕES | **1** | 1,5 |
| REMUNERAÇÃO | **1** | 1,5 |
| CONCURSO PÚBLICO | **1** | 1,5 |
| Total Geral | **68** | **100,0%** |

**4. Local da informação recuperada**

 **5. Negativas de acesso e recursos**

* Houve 3 (três) negativas integrais de acesso e nenhuma negativa parcial de acesso à informação no mês de abril/2024.
* Houve 3 (três) pedidos de recurso protocolados em abril/2024.

**Anexo**

|  |  |
| --- | --- |
| **Pedidos de informação de abril de 2024** | **Situação** |
|  | “Solicito, por favor, informação sobre se há registro de qualquer visita a qualquer departamento desta instituição, entre 1 de janeiro de 2019 e a presente data (de quando o pedido estiver sendo respondido) para as seguintes pessoas:- XX, CPF: 012.XXX;- XX, CPF 880.XXXFavor informar a data ou datas da ou das visitas, se possível com o motivo da visita.Importante reforçar que visitas à órgãos públicos não configuram informação pessoal, conforme diversas decisões da CGU. Ver enunciado CGU n/1 2023 - (‘Os registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos, inclusive no Palácio doPlanalto, são passíveis de acesso público, exceto quando as agendas sobre as quais eles se refiram forem classificadas por se enquadrarem em hipótese legal de sigilo ouestiverem sob restrição temporária de acesso à informação, nos termos do art. 7º, § 3ºda Lei n. 12.527/11.’). Fonte: https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/lai-para-sic/transparencia-passiva/guias-e-orientacoes/enunciados-da-lai/@@download/file/NOVOS%20ENUNCIADOS%20LAI%20CGU%203-fev-2023.pdf” (sic) | NEGATIVA INTEGRAL DE ACESSO |
| 1.
 | "Boa tarde! Gostaria de me informar melhor se há alguma regulamentação ou deliberação do Senado em relação às declarações de comparecimento fornecidas aos vereadores e aos servidores de outros estados quando estes comparecem a reuniões nos gabinetes dos senadores. Questiono ainda se há uma declaração padrão emitida por determinado setor do órgão ou se cada gabinete pode emitir essa declaração conforme sua própria padronização. Desde já agradeço a atenção." | RESPONDIDO |
|  | “No dia 15/12/2016 o Senado Federal publicou decreto legislativo que suspende norma da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) que demarcava terrenos de marinha. Peço-lhe o inteiro teor do texto desse decreto legislativo. Muito obrigado pela sua atenção.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia. Solicito informações sobre quais foram os senadores no ano de 1891.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia! Gostaria de ter acesso aos textos de proposição de reforma do Código Civil no que tange ao direito digital e aos direitos de personalidade. Poderiam ser passados os textos e links? Obrigada.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados, gostaria de solicitar, para fins de elaboração de trabalho de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), as seguintes informações:TEMA 2 - GTs e Comissões temporáriasnúmero de Grupos de Trabalho e de Comissões Temporárias Internas criados por ano, entre 2015 e 2024. De preferência com a lista deles, se possível.TEMA 6 - Audiências públicasO número de audiências públicas realizados por ano, em todas as comissões permanentes, entre 2015 e 2024. Se possível, com a quebra por cada Comissão.TEMA 7 - Regime urgênciaO número total de requerimentos de urgência aprovados relativos a projetos de lei, no período entre 2015 e 2024, se possível, separados por ano e discriminados por projeto de lei respectivo.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Considerando os princípios constitucionais da publicidade, da moralidade e do dever de prestar contas (artigos 37 e 70, parágrafo único), dentre outros;Considerando que segundo a Lei de Acesso à Informação, artigo 32, constituem condutas ilícitas, que ensejam responsabilidade do agente público, a recusa em fornecer informação requerida; a demora deliberada ou o fornecimento intencionalmente incorreto, incompleto ou impreciso da informação, bem como a ocultação, total ou parcial, da informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;Considerando que a Lei 8429/92, por sua vez, fixa que constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, e negar publicidade aos atos oficiais (artigo 11, incisos II e IV); com fulcro na Constituição Federal, e Leis 12.527/11 e 13.460/17, solicito cópia digital de todo o material produzido pela empresa Z C DA SILVA (Editora Zen) ao senador Mecias de Jesus, que constam nas notas fiscais Nº 00739 de 23/12/2023 e Nº 00719 de 11/09/2023. Considerando que a informação pleiteada é de fácil e rápida obtenção, demonstrando a eficiência no trato da organização gerencial desse órgão, roga-se plena e tempestiva resposta, atentando-se para o Art. 32, incisos I e II da Lei de Acesso à Informação-LAI.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Peço, por gentileza, que seja fornecido acesso integral aos autos do Processo Nº 00200.007100/2023-13. Quanto ao formato, peço que seja em qualquer um que seja possível, preferencialmente, pdf.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados,Entro em contato para solicitar acesso a todo o material audiovisual e documental relacionado à Reforma Tributária produzido pela TV Senado.Gostaríamos de solicitar o envio de todas as imagens, documentários e matérias produzidas pela TV Câmara sobre o tema, ou, se preferirem, que nos indiquem o procedimento correto para acesso a esse material.Desde já, agradeço a atenção e estou à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.Peço para que esse pedido seja colocado na urgência das demandas.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Gostaria de receber a Exposição de Motivos (EM) da Lei nº 14.460, de 2022 para verificar quais foram os motivos para a realização da referida lei." (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Olá. Considerando que o Senado não disponibiliza qualquer possibilidade de instância recursal neste canal, em contraste com o que prevê a LAI, estou abrindo novo pedido para reclamar de resposta indevida no pedido 24000423025. O órgão diz que minha solicitação sobre registros de entrada no Senado configurariam informação pessoal, mas essa tese é incorreta e já foi rechaçada publicamente pela Controladoria-Geral da União, de forma bastante explícita e pública. Favor ver os enunciados publicados pela Controladoria-Geral da União sobre o tema, conforme já apontado no pedido inicial: 'Os registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos do Poder Executivo federal, inclusive no Palácio do Planalto, são passíveis de acesso público, exceto quando as agendas sobre as quais eles se refiram estiverem enquadradas em hipótese legal de sigilo (art. 22), sido classificadas (art. 23), ou sob restrição temporária de acesso (art. 7º, § 3º), nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.' https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-normativa-cgu-n-71-de-10-de-abril-de-2023-477406468. O que justificaria que visitas ao Senado fossem "informação pessoal", mas não as do Poder Executivo? De que forma a LAI se aplicaria de forma diferente ou privilegiada para o Senado? Com base em qual legislação? Vale lembrar que a CGU é o órgão que supervisiona o funcionamento da LAI no Brasil e seus guias são usados por órgãos de todos os poderes como orientador do que deve ser considerado público ou não e em qual formato. O próprio Senado usa precedentes e manuais da CGU com frequência. Não cabe, portanto, alegar que a informação é pessoal, pois como já examinado exaustivamente, essa informação é de domínio público.Diante dos esclarecimentos informados, favor fornecer os dados pedidos com registros de visita de XXX, CPF: 012XXX; e XXX, CPF 880.XXX (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Boa tarde. Tenho uma dúvida. Vocês responderam uma questão abaixo assim:4) Quando um senador pode pedir reembolso de bilhete aéreo que foi para outro estado que não seja o dele?Resposta: Segundo o Ato que disciplina o uso e o controle da CEAPS (APS 5/2014) é possível o ressarcimento de despesas com passagens aéreas, aquáticas e terrestres todo o território nacional, não se limitando ao Estado de origem do parlamentar.Dúvida. No ref, APS 5.2014 Art 2, II diz que: ‘O valor da verba de transporte aéreo dos senadores corresponde a % (cinco) trechos aéreos, ida e volta, da capital do estado de origem a Brasília conforme tabela do Iata de tarifa governamental.’Assim procede o que escreveram na resposta acima?2) Os gastos com combustíveis, hotéis, refeição etc, precisam ser escritos quem usou o referido gastos? Grato, XXXX." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia! Me chamo XXXXXX, sou aluna do curso de doutorado em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, e estou realizando uma pesquisa acadêmica sobre as denúncias investigadas na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Pandemia. Gostaria de solicitar o acesso a documentos relacionados à CPI, como atas das reuniões, notas taquigráficas e outros. Segue meu e-mail pessoal e aguardo um retorno. Obrigada!” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Recurso com base no art. 15 da Lei Federal 12.527/2011 (Protocolo Nº 24000421677 - 125769).1. Não há expectativa de privacidade ao se ingressar em prédios públicos, em especial na sede do Congresso Nacional, instituição onde vigora o princípio da publicidade quanto às suas atividades e funcionamento.2. Estão incorretamente aplicadas a LGPD e LAI ao caso. Em análise sobre o assunto, a CGU fixou o Enunciado 01/2023 que refere: ‘Os registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos, inclusive no Palácio do Planalto, são passíveis de acesso público, exceto quando as agendas sobre as quais eles se refiram forem classificadas por se enquadrarem em hipótese legal de sigilo ou estiverem sob restrição temporária de acesso à informação, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei n. 12.527/11’.2.1. Perceba-se que, assim como nas demais situações envolvendo informações de interesse público, a transparência é a regra, sendo o sigilo exceção.3. Informações sobre ingresso em prédios públicos não podem ser consideradas informações capazes de afetar negativamente a honra, privacidade, intimidade ou vida privada (art. 31, LAI). Tampouco estão dentre o rol taxativo de dados considerados ‘sensíveis’ pelo art. 5o, II, LGPD.3.1 No caso em questão, o tratamento dos dados requeridos encontra base no art. 7o, IX, LGPD: existe legítimo interesse público no acesso a informações públicas sobre ingresso em prédios públicos.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Gostaria de obter as justificativas do Projeto de Lei PL 3242/1997, que resultou na Lei 9.514/1997." (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Boa tarde, gostaria de obter o contato dos profissionais responsáveis pela programação da TV Senado, para apresentar um projeto de minissérie documental." | RESPONDIDO |
|  | Texto“Olá! Solicito, para fins de pesquisa acadêmica e produção de informações de interesse público, a lista com todos os pedidos de impeachment registrados contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) nos termos da Lei 1079/50; por favor, especificar autor, data de protocolo e breve ementa da solicitação (se disponível).Estando facilmente disponível, solicito também a íntegra de todos os pedidos acima citados no formato digital.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Solicito do carômetro dos senadores da Casa, para o cerimonial da Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.” | RESPONDIDO |
|  | “Gostaria se possível, que me fosse disponibilizado o relatório final do Anteprojeto do Código Civil, que foi aprovado na última quinta-feira dia 05 de abril e encaminhado ao senador Rodrigo Pacheco.” | RESPONDIDO |
|  | “Estudante do curso de direito da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, pretendo trabalhar com o assunto das emendas parlamentares no meu trabalho de conclusão de curso, TCC, sendo necessário o acesso aos dados referentes a emendas parlamentares demandadas para o meu estado, Paraíba.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados,Espero que essa mensagem os encontre bem.Gostaria de obter todos os projetos relatados e os substitutivos apresentados pelo ex-senador Tasso Jereissati durante os anos de 2003 até 2011 e entre os anos de 2015 até 2022.Desde já agradeço por todo trabalho e pela atenção.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados, na qualidade de pesquisador da temática envolvendo comunidades tradicionais quilombolas, inclusive com pesquisa em andamento junto ao programa de doutorado em Direito Constitucional a PUC-Rio, sirvo-me do presente para saber informações. Há, na atual composição dos membros do Congresso Nacional, deputados (as) federais e senadores (as) da República que se autoidentificaram como quilombolas? Fico muito grato pela atenção. Respeitosamente. .” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados, os arquivos enviados referentes ao pedido de protocolo 24000422290, quanto aos temas abaixo vieram incompletos. Poderiam reenviar, por gentileza, com todos os dados referentes aos anos entre 2015-2024.Tema 6 - Audiências públicas (aqui vieram dados incompletos)O número de audiências públicas realizados por ano, em todas as comissões permanentes, entre 2015 e 2024. Se possível, com a quebra por cada Comissão.Tema 7 - Regime urgência (aqui vieram dados referentes apenas a 2016)O número total de requerimentos de urgência aprovados relativos a projetos de lei, no período entre 2015 e 2024, se possível, separados por ano e discriminados por projeto de lei respectivo.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Olá, boa tarde! Solicito, por gentileza, a íntegra dos processos legislativos destas duas Leis Federais: Lei nº 11.445/2007 e Lei 14.026/2020.Grata desde já pela atenção, fico no aguardo de um breve retorno. Atenciosamente, XXXX." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Boa tarde. Gostaria de solicitar, para fins de pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado acadêmico, acesso às atas de reunião da Comissão de Juristas do Novo Código de Processo Civil.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Por favor, com base na Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, e no Parecer sobre acesso à Informação para atender ao Despacho Presidencial de 1° de janeiro de 2023, da Controladoria-Geral da União (disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/73916), solicito todos os registros de entrada das pessoas a seguir listadas no Senado Federal, seus anexos e dependências, entre 01/11/2022 e a presente data, com respectivos motivos/justificativas para a entrada de cada visitante, tal como o destino/local alegado pelos mesmos para adentrarem estas dependências: (NOMES OMITIDOS). Obrigado desde já." (sic) | NEGATIVA INTEGRAL DE ACESSO |
|  | Texto“Por favor, com base na Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, e no parecer sobre acesso à informação para atender ao Despacho Presidencial de 1° de janeiro de 2023, da Controladoria-Geral da União (disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/73916), solicito todos os registros de entrada do senhor XXXX (ou XXX) no Senado Federal, seus anexos e dependências, entre 01/06/2022 e a presente data, com respectivos motivos/justificativas para a entrada, tal como o destino/local alegado pelo mesmo para adentrar estas dependências. Obrigado desde já.” (sic) | NEGATIVA INTEGRAL DE ACESSO |
|  | “Gostaria de Saber de algum senador esteve no USA e quem pagou a estadia e a passagem destes parlamentares. Se isso aconteceu, foi o contribuinte que pagou, essas despesas?” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia! Para citação em artigo acadêmico a ser publicado em periódico estrangeiro, solicito links que possam ser incluídos nas referências bibliográficas para acesso às Leis Federais 8080/1990, 8142/1990 e 10216/2001, com os textos em inglês. Obrigada pela atenção.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Solicito o envio do Relatório Final da Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil, na forma física, pois não tenho habilidade para mexer na internet.” | RESPONDIDO |
|  | "Prezados, solicito os slides apresentados na audiência pública do dia 16/04/2024, organizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a pauta 'Sustentabilidade Energética - Debates sobre Mobilidade de Baixo Carbono e Programas de Combustíveis Sustentáveis (PL 528/2020)'." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Está em debate no Congresso Nacional e no governo federal a criação da Guarda Nacional, pergunta: existe matéria legislativa tramitando que vise criar a Guarda Nacional e que extingue a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal, uma vez que elas estão inseridas na Carta Magna, CF/88. art. 144 da segurança pública brasileira?Atenciosamente, XXXXXXX.Curitiba - Paraná.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Solicito cópia integral de toda documentação que ensejou a criação do Fundo Especial do Senado ‘Favorecido UG/Gestão 020054/0001. Código da Receita 28982’; bem como informação de eventuais depósitos em favor do referido fundo (valores, datas e processos de origem); de todas as outras movimentações dos valores eventualmente depositados nele (valores, datas, destinatários/destino); e regulamentação quanto ao citado fundo, suas fontes de arrecadação e sua destinação.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados, estou fazendo um levantamento de dados referente à documentação envolvida na promulgação da Lei nº 14.193/2021 e gostaria de saber se é possível obter a ata das 26 reuniões que constam no Sumário Executivo do então PL 5516/2019.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Solicito, caso existente, o envio de material digitalizado envolvendo os debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 a respeito do tema SEGURANÇA PÚBLICA. De modo mais específico, gostaria de ter acesso ao acervo documental que resultou na elaboração da redação final dos seguintes dispositivos constitucionais:PREÂMBULOArt. 5º, caputArt. 6º, caputArt. 144O objetivo da presente pesquisa é acadêmico e profissional. Sou professor da Faculdade de direito Mackenzie e assessor do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal. O tema objeto da pesquisa é recorrente nas aulas que leciono, bem como em ações judiciais que tramitam no STF. Além de ser tema atualíssimo, que vem demandando atenção de toda a sociedade brasileira.Agradecido desde já, (sic) | RESPONDIDO |
|  | Texto"Envio esta mensagem dada a impossibilidade de apresentar recurso à negativa de acesso à informação do Sistema de Informações do Senado Federal. Considerando os pedidos de acesso à informação LAI, de protocolos número 24000439207 (pedido número 126656) e 24000439185 (pedido número 126634), ambos me foram negados porque ‘os dados solicitados consistem em informações de caráter pessoal’, basicamente, segundo o Serviço de Informação ao Cidadão, porém devo insistir em meus pedidos originais, levando-se em consideração o entendimento atual da CGU sobre o tema, publicamente divulgado no início de 2023, a ver como grifos próprios: ‘A possibilidade de acesso por terceiros a dados relativos a identificação de pessoas que adentraram nas dependências de órgãos públicos, (..) Tendo em vista a existência de interesse público na divulgação dessas informações, pois o cotejamento dos registros de entrada a saída com a publicação das agendas de autoridade, prevista no artigo 11º da Lei 12813/2013 (Lei do Conflito de Interesses), permite identificar eventuais irregularidades e indicar conflitos de interesses no exercício do cargo ou função pública. As informações (...) também podem ser utilizadas para o devido exercício do controle social aos quais se submetem os agentes públicos de qualquer natureza, cumprindo desse modo, importante finalidade pública pressuposto do tratamento de dados. (...) Pede-se no entanto, proteger eventuais informações pessoais sensíveis, como dados de pessoas que adentraram em órgãos de defesa de direitos humanos ou hospitais, cuja a publicidade puder gerar riscos a integridade física e moral do titular dos dados.’As informações que solicitei em ambos os pedidos, não se encaixam em quaisquer limitações acima descritas pela CGU e o Senado Federal também não se configura como ‘órgão de defesa de direitos humanos ou hospital’, o que poderia ‘gerar riscos a integridade física e moral do titular dos dados’, assim sendo, considerando os prazos definidos pela Lei de Acesso a Informação (Lei 12527/2011) aguardo a devida resposta do Senado Federal quanto aos meus dois pedidos, no prazo de 10 dias a contar da sua ciência, efetivada a partir do recebimento desta mensagem em questão. Peço confirmação do recebimento desta mensagem, agradeço desde já o retorno.” | RESPONDIDO |
|  | “Recurso ao pedido de protocolo 24000439185 (pedido n° 126634), considerando o pedido de Acesso à Informação (LAI) em questão, o mesmo me foi negado porque ‘os dados solicitados consistem em informações de caráter pessoal’, basicamente, segundo o Serviço de Informação ao Cidadão. Mas devo insistir em meu pedido, levando-se em consideração o entendimento atual da Controladoria-Geral da União (CGU), consolidado no ‘Parecer sobre Acesso à Informação para atender ao Despacho Presidencial de 1º de janeiro de 2023’. A ver: ‘A possibilidade de acesso por terceiros a dados relativos à identificação de pessoas que adentraram nas dependências de órgãos públicos, (...), tendo em vista a existência de interesse público na divulgação dessas informações pois o cotejamento dos registros de entrada/saída com a publicação das agendas de autoridades, prevista no artigo 11 da Lei nº 12.813/2013 (Lei do Conflito de Interesses), permite identificar eventuais irregularidades e indicar conflitos de interesse no exercício do cargo ou função pública. As informações (...) também podem ser utilizadas para o devido exercício do controle social aos quais se submetem os agentes públicos de qualquer natureza, cumprindo, desse modo, importante finalidade pública pressuposto do tratamento de dados. (...). Deve-se, no entanto, proteger eventuais informações pessoais sensíveis, como dados de pessoas que adentraram órgãos de defesa de direitos humanos ou hospitais, cuja publicidade puder gerar riscos à integridade física e moral do titular dos dados’. As informações que solicitei não se encaixam em quaisquer limitações acima descritas pela CGU, e o Senado não se configura como ‘órgãos de defesa de direitos humanos ou hospitais’, o que poderia ‘gerar riscos à integridade física e moral do titular dos dados’. Assim sendo, considerando os prazos definidos pela Lei 12.527/2011, aguardo a devida resposta do Senado quanto ao meu pedido de protocolo 24000439185 (pedido n° 126634).” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Eu, XXXXXXX, advogado, professor, doutorando e mestre em direito, pesquisador com bolsa Capes/Prosuc, venho solicitar informações para instrumentalizar pesquisa acerca da democracia brasileira e os embates entre os Poderes da República. Gostaria de receber uma relação das PECs e PLs que visam limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal (tanto em questões administrativas quanto em questões de processo judicial propriamente ditas).” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia, sou professora de direito civil e quero obter uma cópia do texto integral do anteprojeto do Código Civil, entregue ontem pela comissão de juristas que o elaboraram. Como faço para acessar pelo site? Ou, em caso de não estar disponível no site, solicito que me enviem cópia para meu e-mail: XXXXXX. Obrigada.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “É fato público e notório que a Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil entregou no Senado Federal o anteprojeto da reforma. Solicito cópia do referido anteprojeto em formato digital.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia, sou estagiário do Senado, realizando um trabalho de conclusão de curso e gostaria de uma informação sobre o Senado. Quantos setores o Senado Federal possui?” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados,Gostaria de ler o anteprojeto para o novo Código Civil.Sou advogada, e estudo processo civil como pós-graduação, gostaria de compreender melhor as mudanças propostas, se possível o envio do arquivo em PDF, seria de grande valia.Agradeço desde já.” | RESPONDIDO |
|  | "Solicito informações sobre projetos que tramitam, tramitaram e que foram aprovados sobre a regulamentação do art. 37, da Constituição Federal, que trata sobre concursos públicos." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Boa tarde. Por favor, me informar se o senador pode passar o valor verba de passagem aérea que sobra para a verba indenizatória.Obrigado.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Necessito da lista de processos de impeachment ajuizados perante o Senado, desde 2019 até a data de hoje, contra o ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia. Por favor, informar porque houveram mudanças nos valores dos gastos das cotas parlamentares referentes ao ano de 2023 dos seguintes senadores: 1 - Beto Faro (PT); 2 - Jaques Wagner (PT); 3 - Humberto Costa (PT); e 4 - Teresa Leitão (PT).” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Bom dia. Conforme mensagem enviada anteriormente também percebi que os referidos senadores mudaram os valores de gastos da cota parlamentar de 2023 e colocaram como ‘despesas não inclusas na cota parlamentar’ referente ao ATC 02.23.Pergunta:O que é este ATC 02.23? E por que o Senado aceitou fazer esta modificação nas páginas dos gastos dos senadores?Grato.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Boa tarde. Tendo por base a LAI, venho por meio deste canal solicitar informações sobre as emendas parlamentares do Relator Geral RP9 indicadas para o estado do Tocantins no período de 2020 a 2023. Nos bancos de dados disponíveis as informações são de difícil localização e identificação. Além dos números das emendas e demais informações afetas a elas, por gentileza, incluir também o senador propositor da emenda, e ainda, o meio mais profícuo para o acompanhamento dessas emendas em sítios eletrônicos oficiais. Atenciosamente” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Gostaria de ter acesso ao estudo realizado pelo Senado Federal que deu origem ao edital de concurso público para seleção de servidores e cadastro reserva do Senado 2022.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Com fundamento na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações Públicas) venho requerer o acesso (e eventualmente cópia), em até 20 dias corridos (artigo 11, parágrafo 1º da Lei 12.527/11), aos seguintes dados:Solicito acesso a pareceres, memorandos, notas técnicas, íntegra do processo administrativo e demais documentos relacionados à publicação do livro "100 vozes pela democracia — Um mosaico de reflexões da sociedade brasileira frente à ascensão da extrema direita reacionária", publicado pela Editora Senado em 2023.Na eventualidade de as informações solicitadas não serem fornecidas, requeiro que seja apontada a razão da negativa bem como, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassecreto, secreto ou reservado), tudo nos termos do artigo 24, parágrafo 1º da Lei 12.527/2011. Desde logo agradeço a atenção e peço deferimento.Solicito que as informações sejam fornecidas em formato digital, quando disponíveis, conforme estabelece o artigo 11, parágrafo 5º da lei 12.527/2011." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Solicito receber a lista de convidado para realização da Sessão Especial, no dia 26/04/2024, a fim de homenagear os 40 anos das Diretas Já.” | RESPONDIDO |
|  | "Com fineza solicito a alocação das emendas do senador Mão Santa - PI , para o período de 2003 - 2011, com valores, objeto e destinação. Ciente da sua valiosa atenção, agradeço antecipadamente." (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Olá. No dia 5 de maio será comemorado o Dia Nacional das Comunicações no Brasil. A data foi escolhida por conta do aniversário de nascimento de Marechal Rondon. Estou em busca da Lei Federal que institui este dia. Necessito disso." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Boa tarde! Gostaria de receber o inteiro teor do anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Solicito fotografias do ex-senador Blairo Maggi, do período de 1999, pois estamos realizando um livro sobre o parlamentar." | RESPONDIDO |
|  | "Solicito cópia da recente Nota Técnica elaborada sobre a PEC nº 10, de 2023 (PEC do Quinquênio), tendo como subscritor a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. O teor da referida nota encontra-se sob domínio público conforme amplamente noticiada pela imprensa nacional. Neste contexto, e, agradecendo dede já, é que encaminho a presente solicitação." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Gostaria de saber os nomes dos dois membros do Conselho da República indicados pelo Senado para o mandato de três anos, conforme prevê a lei 8041/1990.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Olá! Sou pesquisadora do programa de pós-graduação em direito e políticas públicas da UFG e pesquiso representatividade feminina da mulher negra no Congresso Nacional. Tenho algumas dúvidas sobre as informações disponíveis da pesquisa, uma delas é que no texto de informações disponível (https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/observatorio-de-equidade-nos-legislativos-federal-e-estaduais) consta que 2(duas) mulheres negras foram eleitas para o Senado Federal, na 56ª legislatura, porém no panorama do Senado consta que apenas 1(uma) foi eleita no ano de 2018. O percentual de negros também está diferente, considerando que consta no texto 22,22%, sendo que segundo o panorama daria 24,53%. O que seriam esses dados disponíveis no texto, há algum outro elemento que deve ser levado em consideração?” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados,Gostaria de saber se o Senado conduz regularmente atividades de avaliação de impacto legislativo para projetos de lei em tramitação ou para leis já aprovadas?Em caso afirmativo, onde posso obter acesso a esses relatórios?Em caso afirmativo, quais são os critérios utilizados para selecionar quais projetos de lei devem ser objeto dessas avaliações de impacto?Em caso afirmativo, qual a prospecção temporal utilizada na aferição dos impactos da potencial lei? I.E, quanto tempo é projetado para a frente?” (sic) | RESPONDIDO |
|  | "Sou funcionário da Federação Nacional das Escolas Particulares, a qual estará presente na audiência pública marcada para o dia 09/05 às 14h na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Assim sendo, solicito a documentação referente ao PL 1237/2019, que estabelece a criação de uma comissão para negociar o montante total anual das anuidades ou das semestralidades escolares." | RESPONDIDO |
|  | “Prezados Senhores, boa tarde!Estou precisando ter acesso e cópia integral ao processo administrativo 2011PR00176, e também aos processos 033630/12-7, 001626/12-4, 018169/12 e 031946/12-7.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Olá, espero que esta mensagem lhes encontre bem. Por gentileza, gostaria de saber se os senhores têm disponíveis alguma relação mensal, anual ou até mesmo do período total de mandato de todas as leis federais aprovadas desde 2011. Minha maior urgência é desde o ano de 2019, mas gostaria de obter estes dados dos anos anteriores mencionados também, se possível. Desde já agradeço. Atenciosamente, XXXX.” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Em nome da transparência, gostaria de ter acesso aos dados de informações funcionais, no período de abril de 2014 a abril de 2024, referentes ao número do contingente de segurança, especificamente, do número de policiais legislativos da Casa. Tal como os valores que são gastos com estes ao longo do período citado (abril de 2014 a abril de 2024).” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Boa tarde,Solicito, por gentileza, envio do anteprojeto do novo Código Civil apresentado pelos juristas ao Senado no dia 17/04/2024.Obrigada” (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Solicito o envio da lista com a relação de todos os senadores, por estado, da 57ª Legislatura entre 2023 - 2027." | RESPONDIDO |
|  | "Desejo uma cópia do texto final do anteprojeto que modifica o Código Civil de 2024, pois trabalho nessa área e necessito de todas as informações para tranquilizar os meus clientes." | RESPONDIDO |
|  | "Prezado(a) Senhor(a), gostaria de solicitar à Consultoria Legislativa acesso a notas técnicas, estudos informativos, técnicos, comparativos, legislativos e jurídicos, relacionados aos projetos de lei que tratam sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiros, PL 2963/2019, que regulamenta o art. 190 da Constituição Federal para dispor sobre a aquisição e o exercício de qualquer modalidade de posse, inclusive o arrendamento, de propriedades rurais por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.Para a devida instrução do pedido de informações referente aos projetos de lei mencionados, solicito especificamente que as informações sejam apresentadas de maneira detalhada, incluindo, mas não se limitando a:1. Notas técnicas e/ou estudos técnicos do projeto mencionados.2. Estudos informativos que abordem o impacto da eventual aprovação dos projetos de lei na economia, na agricultura, no desenvolvimento regional e em outras áreas relevantes.3. Análises técnicas e/ou comparativa sobre a legislação atual e as respectivas propostas de alteração contidas nos projetos de lei em questão.4. Qualquer outra documentação pertinente que tenha sido produzida ou recebida pela instituição em relação ao projeto de lei mencionado.5. Notas técnicas que embasaram a definição dos requisitos e critérios para a aquisição de imóvel rural por estrangeiros.6. Estudos informativos que analisaram os impactos sociais, econômicos, ambientais e jurídicos da aquisição de imóvel rural por estrangeiros no território nacional.7. Notas técnicas elaboradas por órgãos governamentais ou entidades externas que analisem os aspectos legais, econômicos, sociais e ambientais da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros conforme proposto nos projetos de lei, caso detenham.As informações solicitadas devem ser fornecidas em formato eletrônico, preferencialmente em PDF." (sic) | RESPONDIDO |
|  | “Prezados, bom dia.Meu nome é XXXXX e sou acadêmica do mestrado em direito da Universidade de Lisboa. Estou pesquisando o Projeto de Emenda à Constituição n.º 45/2023, e vi que foram realizadas cinco sessões de discussão do projeto na CCJ, bem como uma audiência pública sobre o tema. Eu gostaria de ter acesso, por gentileza, às atas das cinco sessões de discussão e da audiência pública. Vocês poderiam me encaminhar ou indicar onde posso encontrar esse material? Atenciosamente, XXXXX.” (sic) | RESPONDIDO |